

Caracterização do ambiente alimentar em área periurbana de um município do recôncavo da Bahia

Characterization of the food environment in a peri-urban area of a municipality in the recôncavo region of Bahia

Juliel Conceição Barreto , Gilyane Silva dos Santos , Cleuza Santos Almeida , Valéria Macedo Almeida Camilo , Fábio Santos de Oliveira 

RESUMO

Objetivo: o estudo objetivou caracterizar o ambiente alimentar no entorno de uma Instituição de Ensino Superior (IES) na Bahia, analisando os tipos de estabelecimentos comerciais e a predominância de alimentos ofertados.

Métodos: trata-se de um estudo observacional, transversal e descritivo, realizado na área de um buffer de 1.600 metros a partir da IES. Para a caracterização do ambiente alimentar, foi realizado auditoria e aplicação de instrumento validado, posteriormente, os estabelecimentos foram classificados em in natura, ultraprocessados ou mistos a partir da categorização proposta pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.

Resultados: foram identificados 126 estabelecimentos, havendo predominância para a comercialização de alimentos prontos para o consumo imediato ou ultraprocessados (48%), seguida pelos mistos (40%) e baixa disponibilidade de alimentos in natura (12%).

Considerações finais: observou-se no estudo a coexistência de características típicas de desertos e pântanos alimentares no mesmo espaço, havendo dificuldade de acesso físico e econômico a alimentos saudáveis e maior disponibilidade para o consumo de produtos prejudiciais à saúde.

Descritores: Desertos alimentares; Acesso a alimentos saudáveis; Alimentos industrializados; Saúde da população urbana; Mapeamento geográfico.

ABSTRACT

Objective: the study aimed to characterize the food environment surrounding a Higher Education Institution (HEI) in Bahia, analyzing the types of commercial establishments and the predominance of foods offered.

Methods: this is an observational, cross-sectional, and descriptive study conducted within a 1,600-meter buffer zone from the HEI. To characterize the food environment, an audit was conducted and a validated instrument was applied. Subsequently, the establishments were classified as fresh, ultra-processed, or mixed based on the categorization proposed by the Interministerial Chamber of Food and Nutritional Security.

Results: A total of 126 establishments were identified, with a predominance of ready-to-eat or ultra-processed foods (48%), followed by mixed foods (40%) and low availability of fresh foods (12%).

Final considerations: the study observed the coexistence of characteristics typical of food deserts and food swamps in the same space, with difficulty in physical and economic access to healthy foods and greater availability for the consumption of products harmful to health.

Keywords: Food deserts; access to healthy food; Processed foods; urban population health; Geographic mapping.

INTRODUÇÃO

A compreensão do ambiente alimentar dá-se por uma análise intersetorial que integra dimensões física, econômica, política e sociocultural, as quais, em conjunto, influenciam na disponibilidade, custo, qualidade e na promoção dos alimentos, bem como os hábitos e o estado nutricional dos indivíduos¹. No âmbito físico, destaca-se a importância da acessibilidade a estabelecimentos comerciais, como supermercados, feiras livres e restaurantes, cuja distribuição e localização são determinantes para o acesso à alimentação.

A distância entre os fornecedores e pontos de comércio e residências, assim como o deslocamento para a compra dos gêneros alimentares, são, alguns dos fatores físicos que constituem o ambiente alimentar, influenciando em aspectos como da segurança alimentar.

Paralelamente, a dimensão econômica, aborda custos dos alimentos, renda e a relação custo-benefício, exerce papel fundamental nas escolhas alimentares, refletindo em barreiras para alimentação saudável. Já a dimensão política é exercida pelo estado ao criar as políticas públicas que estabelecem diretrizes e regulamentações para regulação e acesso a alimentos de qualidade, para desoneração tributária de alimentos básicos por meio de subsídios, programas de incentivo à diversificação na produção e à agroecologia e controle da publicidade enganosa.

Além disso, o ambiente sociocultural é permeado por normas, comportamentos, preferências, aceitabilidade e conhecimento dos indivíduos em relação aos alimentos, molda as práticas de consumo, podendo promover ou dificultar a alimentação saudável. Em contextos urbanos, especialmente nas periferias em processo de expansão, a configuração do ambiente alimentar tende a refletir desigualdades estruturais que comprometem o acesso a alimentos saudáveis e promovem a concentração de estabelecimentos que ofertam produtos ultraprocessados^{2,3}.

Duas categorias conceituais, que permeiam o conhecimento científico são os desertos alimentares e os pântanos alimentares. A primeira, refere-se a áreas onde há escassez de estabelecimentos que comercializam alimentos *in natura* ou minimamente processados, enquanto a segunda caracteriza-se pela predominância

de alimentos ultraprocessados e de baixo valor nutricional^{4,5}, esses conceitos contribuem para a compreensão das múltiplas dimensões de desigualdades alimentares em contextos urbanos. No entanto, evidências científicas indicam que, mesmo em áreas periféricas, há presença de feiras livres, pequenos mercados e vendedores ambulantes, o que desafia uma classificação simplista de “deserto alimentar”^{2,4,5}.

Dessa forma, a utilização desses termos deve considerar para além da disponibilidade de alimentos, as barreiras econômicas, culturais e relacionadas à qualidade dos produtos, que podem influenciar a escolha e o consumo alimentar.

O estudo do ambiente alimentar contribui, assim, para compreender desigualdades em contextos urbanos em transformação, como Santo Antônio de Jesus, na Bahia, município denominado “Capital do Recôncavo” pelo seu papel comercial, educacional e polo de saúde. Apesar dessa relevância regional, ainda se sabe pouco como o processo de urbanização impacta na configuração do ambiente alimentar local⁶. Assim, o objetivo deste estudo foi caracterizar o ambiente alimentar nessa área de abrangência, analisando os tipos de estabelecimentos comerciais e a predominância de alimentos ofertados.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional, transversal e descritivo, realizado entre março e abril de 2025 no município de Santo Antônio de Jesus, situado no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia.

Para a definição da área de investigação do ambiente alimentar, foi estabelecido um buffer com raio de 1.600 metros (equivalente a 1 milha) ao redor do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Esse raio de 1.600 metros foi adotado por ser um parâmetro frequentemente usado para delimitação de ambientes alimentares urbanos, garantindo uma cobertura representativa da área de influência⁷. A delimitação do buffer foi realizada por meio da plataforma Maps & Directions (Figura 1), utilizando as coordenadas geográficas das instalações da Instituição de Ensino Superior (IES).

Dentro dessa área de abrangência, foram quantificados e classificados os estabelecimentos comerciais que vendiam alimentos para con-

Figura 1

Delimitação do território de estudo a partir do Centro de Ciências da Saúde, Santo Antônio de Jesus, 2025.



Fonte: autoria própria.

sumo humano, bem como, avaliada a acessibilidade desses produtos pela população da área estudada.

Para a classificação dos estabelecimentos, adotou-se a categorização proposta pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) no estudo sobre os “Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil”², que se divide nas seguintes categorias: Estabelecimentos com alimentos *in natura*; Estabelecimentos com alimentos ultraprocessados e Estabelecimentos mistos, que comercializam ambos os tipos de alimentos.

A investigação do ambiente alimentar foi conduzida por meio de uma auditoria nos estabelecimentos comerciais, para investigar os fatores associados à alimentação saudável (presença de alimentos *in natura* ou minimamente processados) e a alimentação não saudável (alimentos ultraprocessados), conforme a classificação do Guia Alimentar para a População Brasileira⁸.

A análise dos alimentos considerados saudáveis levou em conta a observação da disponibilidade desses produtos, tanto de forma permanente quanto temporária, na região do Recôncavo da Bahia, com base nos dados fornecidos pela plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Cidades. Por outro lado, a investigação dos alimentos ultraprocessados focou nos itens mais consumidos no Brasil, conforme descrito em estudos anteriores^{2,5}, incluindo hambúrgueres, embutidos, bebidas adoçadas, biscoitos recheados, doces/guloseimas, macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote e refrigerantes.

A auditoria foi realizada por discentes pós-graduandos do Curso de Especialização em Gestão e Controle de Qualidade dos Alimentos da UFRB, utilizando instrumento validado, proposto em outro estudo do Ambiente Alimentar⁷.

As variáveis investigadas compreenderam: Localização da seção de alimentos, disponibilidade, variedade e a propaganda de frutas e hortaliças, bem como disponibilidade, variedade e a propaganda de alimentos ultraprocessados. Essas variáveis e seus respectivos parâmetros estão sumarizados no Quadro 1.

Os dados foram sistematizados em planilhas do programa Microsoft® Excel® e analisados posteriormente de forma descritiva. Os cálculos estatísticos para obtenção dos intervalos de confiança para 95% de confiabilidade foram realizados utilizando as planilhas do Excel com base na aproximação normal de Wald para dados de proporções binomiais. Conforme o Quadro 1, o índice de acesso a alimentos possui um parâmetro classificatório que varia de 1 a 16 pontos, sendo que pontuações mais altas indicam maior disponibilidade de alimentos saudáveis, enquanto pontuações mais baixas indicam predominância de alimentos não saudáveis no ambiente alimentar investigado.

Este estudo não envolveu diretamente a participação de seres humanos, sendo, portanto, isento de aprovação por comitê de ética, conforme as nor-

Quadro 1

Variáveis do ambiente alimentar do consumidor utilizadas para compor o índice de acesso a alimentos em estabelecimentos de comercialização de alimentos para consumo humano, Santo Antônio de Jesus, 2025.

FICHA DO AMBIENTE ALIMENTAR DO CONSUMIDOR - ÍNDICE DE ACESSO A ALIMENTOS	
DADOS DO ESTABELECIMENTO	
Nome do estabelecimento:	
Horário de funcionamento:	
Tipo do estabelecimento:	
Classificação do estabelecimento:	
Variável	Escore/parâmetro de avaliação
Seção de frutas e hortaliças próximas à entrada principal	1. Não próximo () 2. Próximo ()
Diferentes tipos de frutas (disponibilidade)	1. não disponível () 2. 1 a 7 tipos das 10 principais estão disponíveis () 3. 8-10 tipos das 10 principais estão disponíveis ()
Variedade de frutas (banana prata, nanica, maçã, da terra...)	0- não disponível () 1- até 14 variedades disponíveis () 2-15 ou + variedades disponíveis ()
Diferentes tipos de hortaliças	Não disponível () 1 a 7 tipos das 10 principais estão disponíveis () 2- 8- 10 tipos de hortaliças das 10 principais estão disponíveis ()
Variedade de hortaliças	0- nenhuma variedade disponível () 1-até 14 variedades estão disponíveis () 2-15 ou + variedades disponíveis ()
Propaganda de frutas e hortaliças (balcão de degustação, demonstrador ou distribuição de amostras, bandeirolas, cartazes/banners, display, folder, promoções/ofertas)	0- não disponível () 1- Disponível ()
Disponibilidade de refrigerantes	0- disponível () 1- não disponível ()
Disponibilidade de sucos adoçados/pó	0- disponível () 1- não Disponível ()
Disponibilidade de biscoitos/ chocolates	0- disponível () 1-não Disponível ()
Disponibilidade de salgadinhos	0- disponível () 1- não Disponível ()
Propaganda de alimentos ultraprocessados	0- disponível () 1- não disponível ()

mativas nacionais vigentes para pesquisas dessa natureza. Os dados foram obtidos por meio de observação direta dos estabelecimentos alimentares e de informações disponíveis ao público.

RESULTADOS

Foram identificados 126 estabelecimentos na área estudada, que, segundo a análise da Classifica-

ção Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) há um predomínio de comércios voltados ao fornecimento de alimentos prontos para consumo imediato ou ultraprocessados, configurando cenário característico de pântanos alimentares^{7,9}.

A partir dos dados apresentados na Tabela 1, observa-se maior presença de lanchonetes, casas de chá, sucos e similares, sobre bares e restaurantes.

Tabela 1

Caracterização dos estabelecimentos segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, Santo Antônio de Jesus, 2025.

Tipo do estabelecimento	n = 126	%	IC(95%)(-) Limite inferior do intervalo de confiança (%)	IC(95%)(+) Limite superior do intervalo de confiança (%)
4711-3/02 Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	16	13%	7	19
4712-1/00 Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	13	10%	5	15
4721-1/02 Padaria e confeitaria com predominância de revenda	4	3%	0	6
4721-1/04 Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	3	2%	0	4
4722-9/01 Comércio varejista de carnes - açougues	1	1%	-1	3
4724-5/00 Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	8	6%	2	10
4729-6/99 Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	1	1%	-1	3
5611-2/01 Restaurantes e similares	18	14%	8	20
5611-2/02 Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	25	20%	13	27
5611-2/03 Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	30	24%	17	31
5620-1/04 Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	7	6%	2	10
Classificação do estabelecimento				
Estabelecimentos de aquisição de <i>in natura</i>	15	12%	6	18
Estabelecimentos mistos	50	40%	31	49
Estabelecimentos de aquisição de Ultra-processados	61	48%	39	57

Esse agrupamento concentra 58% da oferta alimentar local, sugerindo uma predominância do ambiente alimentar do tipo “consumo fora do lar”, fortemente associado à oferta de alimentos com alto teor de sal, açúcar e gorduras³.

O comércio varejista de mercadorias, representado por supermercados e mercearias/minimercados, que se caracterizam pela predominância de produtos alimentícios, correspondeu a 23%, evidenciando um papel importante desses estabeleci-

mentos como fontes de abastecimento doméstico. Estabelecimentos comerciais de alimentos *in natura* ou minimamente processados como horti-frutigranjeiros e açougues tiveram presença minoritária, conforme evidenciado na Tabela 1. Essa configuração pode limitar o acesso físico a alimentos saudáveis, um dos fatores centrais na caracterização de possíveis desertos alimentares urbanos^{4,9}.

Ainda mais restrita, foi a presença de fornecedores de alimentos preparados para consumo domiciliar, padarias e comércios especializados em doces e similares, refletindo uma segmentação comercial que favorece conveniência e praticidade, muitas vezes em detrimento da qualidade nutricional.

A análise dos tipos de estabelecimentos comerciais na área do estudo revelou uma predominância significativa de locais que comercializam alimentos ultraprocessados, seguidos por estabelecimentos mistos, que ofertam tanto alimentos *in natura* quanto processados ou ultraprocessados. Em contrapartida, identificou-se um número reduzido de pontos comerciais especializados

na venda de alimentos *in natura*, como frutas e hortaliças, quer sejam compactas ou folhosas.

Na avaliação das variáveis do ambiente alimentar (Tabela 2) observou-se que apenas uma parcela reduzida dos estabelecimentos, possuía seção de frutas e hortaliças localizada próxima à entrada principal. Em relação à disponibilidade de frutas, a maioria absoluta, equivalente (76%), não apresentava esse grupo alimentar. Já para as hortaliças, foi verificado indisponibilidade na maioria dos estabelecimentos (82,5%).

No que se refere à propaganda de frutas e hortaliças, verificou-se pouco expressiva nos estabelecimentos analisados (7%), em contraste com a ampla difusão de estratégias promocionais voltadas a alimentos ultraprocessados (60%).

A análise da disponibilidade de ultraprocessados revelou ampla presença desses produtos, sendo que refrigerantes foram identificados em 85% dos locais avaliados, sucos adoçados em pó em 73%, biscoitos e chocolates em 68% e salgadinhos industrializados em 69% (Tabela 2).

Tabela 2

Avaliação das variáveis do ambiente alimentar do território estudado, Santo Antônio de Jesus, 2025.

Variável	n = 126	%	IC(95%)(-) Limite inferior do intervalo de confiança (%)	IC(95%)(+) Limite superior do intervalo de confiança (%)
Seção de frutas e hortaliças próxima à entrada principal	24	19%	12	26
Disponibilidade de frutas				
Não disponível	96	76%	69	83
1 - 7	23	18%	11	25
8 - 10	7	5,5%	2	9
Variedade de frutas				
Não disponível	108	86%	80	92
até 14	18	14%	8	20
15 ou +	0	-	-	-
Disponibilidade de hortaliças				
Não disponível	104	82,5%	76	89
1 - 7	8	6%	2	10
8 - 10	14	11%	6	16
Variedade de hortaliças				
Nenhuma variedade disponível	109	86,5%	81	92
até 14	17	13,5%	8	19
15 ou +	0	-	-	-
Propaganda				
Frutas e hortaliças	9	7%	3	11
Alimentos ultraprocessados	76	60%	51	69
Disponibilidade de alimentos ultraprocessados				
Refrigerantes	107	85%	79	91
Sucos adoçados/pó	92	73%	65	81
Biscoitos/chocolates	86	68%	60	76
Salgadinhos industrializados	87	69%	61	77

DISCUSSÃO

O recorte investigado em Santo Antônio de Jesus, segundo o Censo de 2022 do IBGE, possui 103.055 habitantes, número que representa um crescimento de 13,18% em relação a 2010. Estima-se atualmente uma população de aproximadamente 109.260 pessoas, com densidade demográfica de 393,7 habitantes/km² e média de 2,69 moradores por domicílio. Em termos de infraestrutura, 73,6% dos domicílios dispõem de rede de esgoto ou equivalente, 83,4% têm abastecimento de água e mais de 90% contam com coleta de lixo.

O perfil etário da população se concentra nas faixas de adulto jovem a meia-idade, e a economia local é dinamizada pelos setores de serviços, comércio, saúde e educação. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é de 0,7223, considerado de nível moderado, posicionando Santo Antônio de Jesus como o município mais desenvolvido do Recôncavo da Bahia, embora ainda em patamar intermediário quando comparado a centros urbanos de maior porte.

No contexto intra urbano, destaca-se o bairro do Cajueiro, área periférica e de transição fortemente impactada pela expansão urbana. A instalação de equipamentos públicos relevantes, como o Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e a Policlínica Regional, tem contribuído para transformar a dinâmica local, atraindo investimentos imobiliários voltados sobretudo ao público acadêmico, composto majoritariamente por estudantes oriundos de outras localidades.

Além do setor imobiliário na área estudada, a atividade comercial também se mostra expressiva, com destaque para o ramo da alimentação, que reúne o maior número de estabelecimentos, diversificando-se entre restaurantes, bares, lanchonetes, barracas de lanche, mercadinhos e pontos de venda de hortifrúti.

Estudos como o de Costa⁶ indicam que a expansão urbana no bairro do Cajueiro resultou na concentração e diversidade de atividades próximas às residências, favorecendo o consumo imediato. Contudo, pesquisas apontam que, em contextos urbanos periféricos, esses pontos tendem a oferecer ampla disponibilidade de alimentos processados e ul-

traprocessados em detrimento de alimentos *in natura* ou minimamente processados^{2,9,10}.

Corroborando com Costa⁶, os dados obtidos neste estudo confirmam tal padrão, evidenciando desigualdades no ambiente alimentar, em que as escolhas alimentares da população podem ser moldadas pela predominância de alimentos de baixa qualidade nutricional. Esse padrão reflete a lógica de aquisição urbana contemporânea, em que a conveniência e o acesso rápido a produtos industrializados se sobrepõem à disponibilidade de alimentos *in natura* ou minimamente processados, ratificando estudos prévios que evidenciam a hegemonia dos ultraprocessados em contextos urbanos brasileiros^{11,12}.

Alimentos ultraprocessados, ricos em sódio, gorduras saturadas, açúcares adicionados e aditivos industriais, competem com alimentos saudáveis e afetam negativamente os hábitos de consumo, influência que pode ser intensificada pela disposição estratégica desses produtos nos pontos de venda, conforme observado neste estudo. A ausência de uma regulação mais incisiva sobre a publicidade, rotulagem e a disponibilidade desses produtos, bem como a negligência na promoção de ambientes alimentares mais saudáveis, evidencia a hegemonia de interesses comerciais em detrimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHANA)^{13,14,15}.

A baixa proporção de estabelecimentos que vendem predominantemente alimentos *in natura* reflete o que é descrito na literatura como desertos alimentares^{1,2,7}. Essa situação reforça as desigualdades no acesso a alimentos saudáveis e compromete a Segurança Alimentar e Nutricional dos residentes⁴.

Os estabelecimentos classificados como “mistos” representam uma oportunidade e também um desafio: Embora ofereçam alimentos *in natura*, a presença e estratégias de marketing de ultraprocessados nesses espaços pode influenciar escolhas alimentares menos saudáveis⁵. Desse modo, avaliações periódicas do ambiente alimentar e ações de promoção do Guia Alimentar para a População Brasileira podem ser caminhos para melhorar o perfil de oferta desses estabelecimentos⁸.

Entende-se, portanto, que desertos e pântanos

alimentares expressam o ambiente de disputa por áreas urbanas, evidenciando a necessidade de embate permanente pela garantia da Soberania Alimentar. Nesse contexto, conglomerados industriais detentores de grande poder econômico se sobrepõem a outros segmentos produtivos. Tal sobreposição se dá pela imposição da dinâmica comercial, que facilita o acesso aos ultraprocessados, exercendo forte influência nos hábitos e práticas alimentares da população^{16,17,18}.

Diante desse cenário, é fundamental a implementação de políticas públicas que incentivem o consumo e comercialização de alimentos frescos e inibam a oferta e publicidade de ultraprocessados, promovendo a equidade no acesso à alimentação adequada e saudável⁸. Tais políticas devem estar articuladas a estratégias que fortaleçam a agricultura familiar, reconhecendo seu papel central na produção de alimentos diversificados, frescos e de base agroecológica, contribuindo para a Segurança Alimentar e Nutricional de regiões periféricas.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a investigação restrita à área delimitada, o que pode não refletir integralmente a dinâmica alimentar do município. Além disso, a coleta foi realizada em um período específico, não captando variações sazonais na disponibilidade de alimentos. Apesar disso, o estudo apresenta pontos fortes importantes, como a auditoria direta em todos os estabelecimentos do perímetro definido, o uso de instrumento validado para caracterização do ambiente alimentar e a análise sistemática de variáveis de disponibilidade, variedade e promoção de alimentos, garantindo robustez na avaliação do cenário local.

REFERÊNCIAS

1. Silva LEA, Silva TPR, Honório OS, Inácio MLC, Mendes LL. Ambiente alimentar de varejo no entorno de instituições de ensino superior de uma metrópole brasileira (2025). *Revista Brasileira de Epidemiologia* [Internet]. Set. 2025 [citado em 23 de set. de 2025]; v. 28, p. e250004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720250004.2>.
2. Brasil. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Mapeamento dos desertos alimentares no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social; 2018.
3. Costa CS, Sattamini IF, Steele EM, Louzada MLC, Claro RM, Monteiro CA. Consumption of ultra-processed foods and its association with sociodemographic factors in the adult population of the 27 Brazilian state capitals (2019). *Revista de Saúde Pública* [Internet]. Jul. 2021 [citado em 24 de abr. de 2025]; 55:47. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rsp/article/view/189149>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do ambiente alimentar na área estudada, evidenciou um cenário marcado pela predominância de estabelecimentos com oferta de alimentos ultraprocessados, baixa disponibilidade e visibilidade de alimentos in natura e forte apelo promocional de produtos não saudáveis. Esses elementos configuram um ambiente alimentar insalubre, desfavorável à adoção de escolhas alimentares saudáveis.

Assim, devido a coexistência dessas características típicas tanto dos desertos quanto dos pântanos alimentares no mesmo espaço, demonstra dificuldade de acesso físico e econômico a alimentos saudáveis e maior disponibilidade para a aquisição de produtos prejudiciais à saúde.

Por tanto, é relevante ampliar estudos sobre o ambiente alimentar como um determinante social da saúde, como forma de contribuir para o planejamento urbano e a formulação de estratégias de promoção da saúde baseadas em evidências científicas.

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Barreto JC, dos Santos GS, Almeida CS, Camilo VMA, de Oliveira FS participaram da conceituação, metodologia, análise formal, investigação, redação – elaboração do manuscrito original.

4. Fortes MF, Borges CA, Miranda WC, Jaime PC. Mapeando as desigualdades socioeconômicas na distribuição do comércio varejista local. *Segurança Alimentar e Nutricional* [Internet]. Out. 2018 [citado em 24 abr. de 2025] Campinas, SP, v. 25, n. 3, p. 45–58. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8651966>.
5. Silva AT, Tolezani PF, Luz RM, Coelho HDS, Folchetti LGD, Cesar AVM. Comparação do consumo alimentar de ultraprocessados: como os brasileiros se alimentaram antes, durante e após a pandemia? *Journal of the Health Sciences Institute* [Internet]. 2024. [citado em 09 abr. de 2025] 42(3):167-75. Disponível em: https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacan-items/34088/179400/01V42_n3_2024_p167a175.pdf.
6. Costa JAG. A expansão de bairros periféricos: o exemplo do bairro Cajueiro em Santo Antônio de Jesus – Bahia [monografia]. Santo Antônio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus; 2015.
7. Costa BVL, Freitas PP, Menezes MC, Guimarães LMF, Ferreira LF, Alves MSC, Lopes ACS. Ambiente alimentar: validação de método de mensuração e caracterização em território com o Programa Academia da Saúde. *Cad Saúde Pública* 2018; 34 (9).
8. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
9. Torre ACCD, Segheto W, Honório OS, Inácio MLC, Toloni MHA, Lima DB. Caracterização do ambiente alimentar de varejo e identificação de desertos e pântanos alimentares em um município de médio porte no Brasil. *Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde* [Internet]. 2025. [citado em 24 abr. de 2025] 21, p. e2105. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/72623>.
10. Silva LEA, Silva TPR, Honório OS, Inácio MLC, Mendes LL. Ambiente alimentar de varejo no entorno de instituições de ensino superior de uma metrópole brasileira. *Revista Brasileira de Epidemiologia* [Internet]. 2025. [citado em 24 abr. de 2025] 28. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720250004.2>.
11. Louzada ML, Costa CS, Souza TN, Cruz GL, Levy RB, Monteiro CA. Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. *Cad de Saúde Pública* 2021; 37.
12. Maia EG, Passos CM, Granado FS, Levy RB, Claro RM. Substituir alimentos ultraprocessados por alimentos frescos para atender as recomendações alimentares: uma questão de custo? *Cad de Saúde Pública* 2021; 37.
13. Pereira TN, Gomes FS, Carvalho CMP, Martins APB, Duran ACFL, Hassan BK et al. Medidas regulatórias de proteção da alimentação adequada e saudável no Brasil: uma análise de 20 anos. *Cad de Saúde Pública* 2021; 37.
14. Coutinho, DR. Rebêlo FA, Levy PFM, Piva AM, Carmo BPP. A Regulação da Indústria de Alimentos Ultraprocessados no Brasil. *Revista Direito, Estado e Sociedade*. [Internet]. 02 de set. de 2024 [citado em 30 de abr. de 2025]. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/2053>.

15. Martinez O, Rodrigues N, Mercurio A, Bragg M, Elbel B. Supermarket retailers' perspectives on healthy food retail strategies: In-depth interviews. BMC Public Health. [Internet]. 2018 [citado em 21 de maio de 2025]; 18, 1019. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-018-5917-4>.
16. Santos ML, Fontão PAB. Território alimentar em disputa: a constituição de desertos e pântanos alimentares a partir da lógica de distribuição de ultraprocessados. Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde [Internet]. 2022. [citado em 21 de maio de 2025]. Uberlândia, p. 34–45. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/64154>.
17. Peres CMC, Costa BVL, Pessoa MC, Honório OS, Carmo AS, Silva TPR, et al. O ambiente alimentar comunitário e a presença de pântanos alimentares no entorno das escolas de uma metrópole brasileira. Cadernos de Saúde Pública [Internet]. 2021. [citado em 23 de set. de 2025]. 37(5): e00205120. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00205120>.
18. Lopes MS, Martiniano MO, Freitas PP de, Carvalho MCR de, Sales DM, Lopes ACS. Comércio de alimentos para consumo imediato no entorno do Programa Academia da Saúde: uma análise segundo desigualdades. Ciência e saúde coletiva [Internet]. 2022. [citado em 23 de set. de 2025]. 27(8):3283–94. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022278.02232022>.